



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
DO ESTADO DE SÃO PAULO  
3ª Procuradoria de Contas

TC-6504.989.23-7
Fl. 1

Processos nº:	TC-6504.989.23-7 (recurso do TC-3107.989.20-4)
Prefeitura Municipal:	Igarapava
Prefeito (a):	José Ricardo Rodrigues Mattar
Exercício:	2020
Matéria:	Pedido de Reexame

Trata-se de pedido de reexame (movimentação 1.1) em face do respeitável parecer desfavorável às contas municipais em epígrafe, que teve por fundamentos: *i*) quitação parcial dos aportes financeiros para o Instituto de Previdência Municipal de Igarapava, deixando a Municipalidade de recolher os montantes correspondentes às competências de março a dezembro de 2020; e *ii*) baixo desempenho aferido pelo IEG-M (TC-3107.989.20-4, movimentação 103.3).

Parecer publicado no DOE de 16/12/2022 (TC-3107.989.20-4, movimentação 111.1), recurso interposto em 08/03/2023 (movimentação 1.1).

A douta Assessoria Técnica opina pelo conhecimento do recurso e, no mérito, pelo seu não provimento (movimentação 30).

Vêm os autos ao Ministério Público de Contas.

É o breve relatório.

Interposta a medida cabível à espécie (do parecer prévio emitido sobre as contas da administração financeira dos Municípios somente caberá pedido de reexame, art. 70 da LCE 709/1993), dentro do prazo legal (30 dias úteis da publicação do parecer no Diário Oficial, art. 71 da LCE 709/1993 c/c art. 219 CPC), por parte legítima e com interesse recursal, deve ser **conhecido** o pedido de reexame.

No mérito, não há como acolher as pretensões de modificação do parecer recorrido, devendo ser mantido, na sua integralidade, por seus próprios fundamentos.

Questionando os motivos que ensejaram a rejeição de suas contas referentes ao exercício 2020, a Municipalidade de Igarapava destaca que foram quitadas integralmente as importâncias devidas ao RGPS, FGTS, PASEP, e as contribuições devidas ao RPPS, deixando de ser realizados unicamente os aportes financeiros destinados à amortização do déficit atuarial do instituto municipal de previdência.

Afirma ainda a recorrente que o art. 9º da Lei Complementar nº 173/2020, regulamentado pela Portaria SEPRT/ME nº 14.816/2020, possibilitou a suspensão dos





pagamentos dos aportes financeiros para amortização do déficit atuarial do PREVIGARAPAVA. Assim, foi editada a Lei Municipal nº 925/2020, que teria autorizado tal suspensão, bem como a celebração de acordo de parcelamento dos débitos decorrentes.

De outro lado, questiona o fato de *“ter sido sopesado, para a emissão do parecer desfavorável aqui fustigado, a celebração de acordo de parcelamento previdenciário NO INÍCIO DE 2022 (mais precisamente em 18.02.22), relativo a aportes para amortização do déficit atuarial do RPPS RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2021, em contrariedade, portanto, ao princípio da anualidade, tão amplamente defendido e trazido à baila no âmbito das decisões proferidas por essa E. Corte de Contas”* (movimentação 1.1, fl. 07).

Já no que tange ao baixo desempenho constatado pelo IEG-M, afirma que a gestão municipal se encontra em evolução, diante dos bons resultados econômico-financeiros obtidos, aumento do percentual de investimentos, regularidade dos pagamentos de precatórios e atendimento aos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Alega que o indicador i-Saúde alcançou a nota “B” no período avaliado, mesmo adiante do contexto da pandemia de Covid-19, e que o i-Planejamento evoluiu da nota “C” para o patamar “C+”.

Afirma ainda que houve evolução na maioria dos outros indicadores setoriais, apesar de se manterem na faixa “C” de avaliação.

Por fim, apontou a recorrente a impossibilidade, diante das limitações impostas no exercício em apreço pelo cenário pandêmico, de regularizar diversas falhas apontadas nos questionários do IEG-M.

As alegações recursais, no entanto, não merecem prosperar.

Isso porque, no tocante à quitação parcial dos aportes financeiros destinados à amortização do déficit atuarial do RPPS, em que pese a apelante ter alegado que a Lei Municipal nº 925/2020 teria autorizado a suspensão desses pagamentos, o que atenderia à previsão do art. 9º, §2º, da LC 173/2020, não há essa previsão no referido diploma legal (promulgado, aliás, ao término do exercício em exame, em 29/12/2020), que apenas autorizou o parcelamento dos aportes que já não haviam sido efetuados nos meses de março a dezembro de 2020.

Nesse sentido, inclusive, dispôs o voto condutor do parecer atacado (TC-3107.989.20-4, movimentação 103.3, fl. 29):





*“Entretanto, nos termos do art. 9º, § 2º, da referida Lei Complementar nº 173/20, a suspensão do recolhimento das contribuições previdenciárias patronais dos Municípios devidas aos respectivos regimes próprios, com vencimento entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020, dependia de lei específica autorizadora da medida, que não foi editada.” (nota de rodapé suprimida)*

Ressalte-se que os aportes mensais que deixaram de ser recolhidos ao PREVIGARAPAVA totalizavam R\$ 6.148.557,50, inadimplemento este que não se justifica num exercício em que apurados superávit orçamentário de R\$ 9.024.793,98 e o resultado financeiro positivo de R\$ 12.053.095,32, desencadeando-se, de outro lado, o pagamento de juros e deslocando vultoso compromisso para gestões seguintes.

Note-se, também, que não assiste razão à recorrente ao afirmar que a decisão atacada foi de encontro ao princípio da anualidade de contas públicas, posto que a irregularidade ensejadora do juízo desfavorável à aprovação das contas consistiu na ausência dos aportes financeiros destinados à amortização do déficit atuarial do RPPS correspondente aos meses de março a dezembro de 2020, servindo a menção ao novo parcelamento de débitos, firmado em 2022, apenas para demonstrar a reiterada conduta irregular da Administração Municipal em detrimento, aliás, da higidez econômico-financeira do instituto municipal de previdência.

Já no que concerne ao baixo desempenho da gestão municipal aferido pelo IEG-M, não merece prosperar a alegação de que houve evolução dos indicadores, na medida em que o IEG-M se manteve no patamar “C” (baixo nível de adequação) desde 2017, primeiro ano de mandato do responsável pelas contas em exame, excepcionando-se apenas o exercício 2018, em que se atingiu a ainda insuficiente nota “C+” (em fase de adequação).

Aliás, diante do baixo desempenho aferido durante todo o quadriênio 2017-2020, não há como se falar que as limitações impostas pela pandemia de Covid-19 foram determinantes para os resultados insatisfatórios obtidos no exercício em exame.

Dessa forma, ante a inexistência de elementos que afastem as falhas que ensejaram a reprovação das contas da Prefeitura de Igarapava relativas ao exercício 2020, opina o Ministério Público de Contas pelo **conhecimento** do pedido de reexame e, no mérito, pelo **não provimento**.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
DO ESTADO DE SÃO PAULO  
3ª Procuradoria de Contas**

TC-6504.989.23-7
Fl. 4

São Paulo, 30 de outubro de 2023.

**JOSÉ MENDES NETO**  
Procurador do Ministério Público de Contas

/47

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: JOSE MENDES NETO. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 4-XKUR-76ZZ-69C1-5TY9